

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.314.573 - RS (2018/0156843-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : VIRGINIA ALMEIDA SOARES
ADVOGADOS : FREDI RASCH - RS073119
FRANCIS DREON CALZA - RS083775
ANDRÉ MIRANDA IRACE E OUTRO(S) - RS090706
INGRID SCHUASTE LIMA - RS086651
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : CRISTIANO XAVIER BAYNE E OUTRO(S) - RS046302

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INTEGRALIDADE DE PENSÃO. CANCELAMENTO DE PENSÃO LEGITIMADO EM AÇÃO, ONDE SE PRETENDIA O SEU RESTABELECIMENTO. FATO EXTINTIVO SUPERVENIENTE À SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO. CANCELAMENTO DO PRECATÓRIO. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial.
O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fl. 385):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CANCELAMENTO DE PENSÃO LEGITIMADO EM AÇÃO, ONDE SE PRETENDIA O SEU RESTABELECIMENTO. FATO EXTINTIVO SUPERVENIENTE À SENTENÇA. INCIDÊNCIA DO ART. 525, §1º, VII, DO CPC/2015.

Reconhecida a legalidade do cancelamento da pensão por morte de ex-servidor público em ação, onde se buscava o seu restabelecimento, resta prejudicado o pedido formulado nestes autos, relativo à integralidade da pensão. Trata-se de fato extintivo superveniente à sentença, incidindo, na hipótese, o art. 525, §1º, inc. VII, do NCPC. Em face do resultado do julgamento, impõe-se o cancelamento do precatório e a devolução do valor pago por meio de RPV, relativo aos honorários advocatícios. A fruição de crédito indevido, por certo, comporta devolução, sob pena de enriquecimento ilícito em prejuízo ao erário.
RECURSO PROVIDO.

Os aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fl. 419).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 503, 507,

508, 509, § 4º, 525, § 1º, VII, e 535, VI, do Código de Processo Civil/2015, sob o argumento de que "a coisa julgada produzida nos autos de restabelecimento de pensão deve produzir seus efeitos, exclusivamente, àquela ação" (e-STJ fl. 441).

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ fl. 454).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta não apresentada (e-STJ fl. 498).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal de origem decidiu pela necessidade de extinção da execução, com o cancelamento do precatório do crédito principal em razão da ocorrência de fato superveniente, ou seja, a legalidade do cancelamento da pensão pelo ente público através de acórdão transitado em julgado, conforme extrai-se dos seguintes excertos do acórdão recorrido (e-STJ fls. 388-389):

Da análise dos autos, constata-se que a agravada havia ajuizado ação, no ano de 2000 buscando o restabelecimento da pensão por morte de ex-servidor, em face do cancelamento administrativo, a partir de 20/01/2000.

A ação em que se objetivava o restabelecimento da pensão foi julgada procedente em sede recursal, o que ensejou a interposição de recurso pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – IPERGS ao STJ, oportunidade em que os autos foram devolvidos à origem para reapreciação da matéria. Em nova análise, em juízo de retratação, a apelação foi desprovida, mantendo-se a sentença que havia julgado improcedente ação.

Portanto, a pensão não foi restabelecida, na medida em que se entendeu como legítimo o ato de cancelamento, cuja decisão transitou em julgado em 11/03/2010.

Por sua vez, a ação originária do presente agravo de instrumento foi ajuizada em 10/11/2005 e diz respeito à integralidade da pensão, cujo pleito foi julgado procedente, tendo a decisão transitado em julgado em 06/11/2009.

Conclui-se, pois, que o reconhecimento da legalidade do cancelamento da pensão é fato superveniente ao trânsito em julgado da decisão proferida nestes autos, onde foi reconhecido o direito à integralidade.

Portanto, quando da apresentação da contestação na ação revisional, o cancelamento da pensão ainda não havia sido determinado, sendo descabida a fundamentação da decisão ora agravada. Conforme já constou acima, tratou-se de fato superveniente.

Por sua vez, ressalto que não se trata de litispendência ou coisa julgada, na medida em que as ações possuem objetos diversos, ou seja, uma tratou do restabelecimento da pensão e outra de sua revisão.

Contudo, evidente que o reconhecimento da legitimidade do cancelamento da pensão prejudica o pedido de revisão.

Incide, na hipótese o art. 525, §1º, VII, do NCPC, que estabelece que, na impugnação, o executado poderá alegar qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença”.

É o caso dos autos, em que surgiu fato superveniente à sentença que enseja a extinção da presente execução.

Portanto, assiste razão ao agravante, devendo o precatório, relativo ao crédito principal, ser cancelado.

Por sua vez, cabível a devolução do valor já pago por meio de RPV, relativo aos honorários advocatícios, pois estes são vinculados ao crédito principal. A fruição de crédito indevido, por certo, comporta devolução, sob pena de enriquecimento ilícito em prejuízo ao erário.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo de instrumento, para determinar o cancelamento do precatório e a devolução do valor pago por meio de RPV.

Nas razões do recurso especial, tal fundamentação não foi impugnada, implicando a inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte tem firme posicionamento segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

4. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento autônomo e suficiente empregado pelo acórdão recorrido para decidir que o Código de Edificações do Distrito Federal autoriza à Administração Pública, no exercício regular do poder de polícia, determinar a demolição de obra irregular, inserida em área pública e de preservação permanente. Incide, no ponto, a Súmula 283/STF.

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 8/8/2014);

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ATO DE IMPROBIDADE. BENS IMÓVEIS PENHORADOS, LEVADOS A HASTA PÚBLICA E ARREMATADOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA, RESCINDINDO O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS ARREMATACÕES.

NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. IMÓVEIS QUE TERIAM SIDO ARREMATADOS POR PREÇO VIL. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER BUSCADA EM AÇÃO PRÓPRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO SÃO IMPUGNADOS PELAS TESES DO RECORRENTE. SÚMULA N. 283 DO STF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

(...)

4. Com relação aos demais pontos arguidos pelo recorrente, forçoso reconhecer que o recurso especial não merece conhecimento, porquanto, além da ausência de prequestionamento das teses que suscita (violação dos artigos 687, 698 do CPC e 166, inciso IV, e 1.228 do Código Civil) (Súmula n. 211 do STJ), tem-se que as razões recursais não impugnam, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o entendimento da Súmula n. 283 do STF.

5. Não sendo possível o retorno ao status quo ante, deve o prejudicado pedir indenização por meio de ação própria, caso entenda que aquela arbitrada pelo juízo da execução é insuficiente para recompor sua indevida perda patrimonial.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.407.870/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 19/8/2014).

Ademais, depreende-se do acórdão acima transcrito que o Tribunal de origem foi categórico ao afirmar que não houve preclusão, por tratar-se de matéria de ordem pública, e em razão da ocorrência de fato superveniente, ou seja, a legalidade do cancelamento da pensão pelo ente público através de acórdão transitado em julgado.

Assim, é evidente que, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. INADIMPLEMENTO DE PARCELAS PRETÉRITAS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. PRECLUSÃO CONFIGURADA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "somente após expedido o precatório, com expressa concordância com os valores pagos é que a parte autora vem aos autos postular supostas parcelas inadimplidas relativas a integralidade de pensionamento. A inconformidade da parte ocorreu de forma extemporânea, configurando-se a preclusão lógica, devendo prevalecer a segurança jurídica" (fl. 326, e-STJ).

2. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos arts. 14, V,

parágrafo único, e 473 do CPC/1973, uma vez que os mencionados dispositivos legais não foram analisados pela instância de origem. Ausente, portanto, o requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF.

4. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

5. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

6. Recurso Especial não provido. (REsp 1.654.975/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25/4/2017, grifei)

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator